

**PAULO ROBERTO DE  
FIGUEIREDO DANTAS**



**QUARTA EDIÇÃO**

**CURSO DE DIREITO  
CONSTITUCIONAL**

**SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. – 2015**

© 2011 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2012; 2. ed. 2013; 3. ed. 2014; 4. ed. 2015

Capa: Leonardo Hermano

Composição: Crifer – Serviços em Textos



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Dantas, Paulo Roberto de Figueiredo  
Curso de direito constitucional / Paulo Roberto de  
Figueiredo Dantas. – 4. ed. São Paulo : Atlas, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9598-6

ISBN 978-85-224-9599-3 (PDF)

1. Direito constitucional I. Título.

11-14024

CDU-342

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Direito constitucional 342

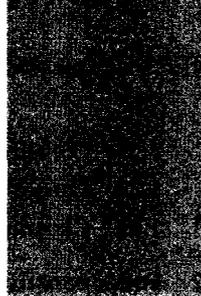
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,  
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384  
Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br



# Sumário

**Introdução, 1**

**Dicas para Concursandos, 5**

**1 Direito Constitucional e Constituição, 9**

- 1.1 Direito constitucional como ciência jurídica, 9
- 1.2 Direito constitucional como ramo do direito positivo, 10
- 1.3 Constituição: conceito, 14
- 1.4 Antecedentes da constituição, 17
- 1.5 Constitucionalismo e suas diversas fases, 20
- 1.6 Classificações das constituições, 24
- 1.7 Constituições quanto à origem, 24
- 1.8 Constituições quanto ao conteúdo, 26
- 1.9 Constituições quanto à forma, 30
- 1.10 Constituições quanto ao modo de elaboração, 31
- 1.11 Constituições quanto à estabilidade, 32
- 1.12 Constituições quanto à extensão, 35
- 1.13 Outras classificações, 36
- 1.14 Classificação da Constituição Federal de 1988, 37
- 1.15 Elementos da constituição, 38
- 1.16 Estrutura da Constituição de 1988, 41
- 1.17 Rigidez e supremacia da constituição, 43
- 1.18 Breve histórico das constituições brasileiras, 45
- 1.19 Constituição de 1824 (Império), 46
- 1.20 Constituição de 1891 (primeira republicana), 47
- 1.21 Constituição de 1934, 48
- 1.22 Constituição de 1937, 50

- 1.23 Constituição de 1946, 51
  - 1.24 Constituição de 1967 e Emenda nº 1/1969, 53
  - 1.25 Constituição de 1988, 55
- 2 Poder constituinte, 58**
- 2.1 Esclarecimentos iniciais, 58
  - 2.2 Origem da ideia de poder constituinte, 58
  - 2.3 Poder constituinte originário, 59
  - 2.4 Natureza do poder constituinte originário, 61
  - 2.5 Revolução como veículo de expressão do poder constituinte originário, 62
  - 2.6 Titularidade, exercício e formas de expressão do poder constituinte originário, 64
  - 2.7 Características do poder constituinte originário, 66
  - 2.8 Poder constituinte derivado, 68
  - 2.9 Características do poder constituinte derivado, 69
  - 2.10 Poder constituinte reformador (ou poder de emenda), 70
  - 2.11 Limitações explícitas ao poder reformador na Constituição de 1988, 71
  - 2.12 Limitações implícitas do poder reformador na Constituição de 1988, 74
  - 2.13 Iniciativa popular e as emendas constitucionais, 75
  - 2.14 Análise da possibilidade de alteração de cláusulas pétreas por meio de plebiscito, 76
  - 2.15 Emendas à constituição e direitos adquiridos, 78
  - 2.16 Diferença entre reforma constitucional e mutação constitucional, 79
  - 2.17 Poder constituinte decorrente, 81
  - 2.18 Distrito Federal, Municípios e poder constituinte decorrente, 82
  - 2.19 Poder constituinte derivado de revisão, 84
  - 2.20 Poder constituinte difuso, 86
  - 2.21 Princípio da simetria, 87
  - 2.22 Recepção, reprivatização e desconstitucionalização de normas, 89
- 3 Aplicabilidade e Interpretação das Normas Constitucionais, 92**
- 3.1 Aplicabilidade das normas constitucionais: notas introdutórias, 92
  - 3.2 Eficácia jurídica × eficácia social, 93
  - 3.3 Classificação da doutrina clássica, 95
  - 3.4 Classificação de José Afonso da Silva, 99
  - 3.5 Classificação de Maria Helena Diniz, 104
  - 3.6 Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto, 107
  - 3.7 Classificação de Uadi Lammêgo Bulos, 108
  - 3.8 Interpretação das normas constitucionais, 111
  - 3.9 Métodos clássicos de interpretação das normas, 113
  - 3.10 Princípios específicos de interpretação constitucional, 116
  - 3.11 Métodos de interpretação constitucional, 123
  - 3.12 Súmulas vinculantes e a interpretação das normas, 124

**4 Princípios Fundamentais, 126**

- 4.1 Normas constitucionais quanto à espécie: princípios e regras, 126
- 4.2 Princípios constitucionais fundamentais: conceito, 131
- 4.3 Princípio republicano, 133
- 4.4 Princípio federativo, 135
- 4.5 Princípio do Estado Democrático de Direito e a soberania popular, 137
- 4.6 Fundamentos da República Federativa do Brasil, 139
- 4.7 Princípio da separação de poderes, 143
- 4.8 Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, 146
- 4.9 Princípios nas relações internacionais, 146

**5 Controle de Constitucionalidade, 148**

- 5.1 Esclarecimentos iniciais, 148
- 5.2 Conceito e pressupostos do controle de constitucionalidade, 149
- 5.3 Objeto do controle de constitucionalidade, 152
- 5.4 Análise de normas específicas sujeitas ao controle de constitucionalidade, 153
- 5.5 Normas não sujeitas ao controle de constitucionalidade, 156
- 5.6 Parâmetro de controle ou paradigma constitucional, 159
- 5.7 Diversas espécies de inconstitucionalidade, 161
- 5.8 Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal, 161
- 5.9 Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão, 164
- 5.10 Modalidades de controle quanto ao momento da realização e quanto ao órgão que o realiza, 165
- 5.11 Modalidades de controle quanto à via utilizada: modelo americano e austríaco, 166
- 5.12 Visão geral do controle de constitucionalidade no Brasil, 168
- 5.13 Controle político, 168
- 5.14 Controle judicial, 171
- 5.15 Maiores detalhes sobre o controle judicial repressivo no Brasil, 173
- 5.16 Controle difuso, 173
- 5.17 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso, 174
- 5.18 Senado e a possibilidade de ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso, 176
- 5.19 Teoria da transcendência dos motivos determinantes e a ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso, 179
- 5.20 Cláusula de reserva de plenário, 182
- 5.21 Procedimento fixado pelo Código de Processo Civil para os Tribunais de Segundo Grau, 184
- 5.22 Recurso extraordinário, 185
- 5.23 Necessidade de demonstração da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal, 187
- 5.24 Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e o rito da repercussão geral, 190
- 5.25 Súmulas vinculantes, 192
- 5.26 Controle difuso em ação civil pública, 198

- 5.27 Controle concentrado, 200
- 5.28 Efeitos da sentença no controle concentrado, 201
- 5.29 Espécies de controle concentrado na Constituição de 1988, 203
- 5.30 Ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI ou ADIn), 203
- 5.31 Hipóteses específicas em que não cabe ação direta de inconstitucionalidade genérica, 204
- 5.32 Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade genérica, 207
- 5.33 Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade genérica, 209
- 5.34 Efeito vinculante da ADI e sua exclusão em relação ao Poder Legislativo, 210
- 5.35 Princípio da “parcelaridade”, 211
- 5.36 Inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “por atração”, 212
- 5.37 Alteração do parâmetro de controle após a propositura da ADI, 213
- 5.38 *Amicus curiae* na ação direta de inconstitucionalidade genérica, 215
- 5.39 Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade genérica, 216
- 5.40 Ação declaratória de constitucionalidade (ADC ou ADECON), 217
- 5.41 Legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade, 219
- 5.42 Medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade, 220
- 5.43 *Amicus curiae* na ação declaratória de constitucionalidade, 221
- 5.44 Principais regras procedimentais sobre a ação declaratória de constitucionalidade, 222
- 5.45 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 224
- 5.46 Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 225
- 5.47 *Amicus curiae* na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 226
- 5.48 Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 228
- 5.49 Principais regras procedimentais sobre a ADI por omissão, 229
- 5.50 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 231
- 5.51 Único legitimado para a ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 235
- 5.52 Principais regras procedimentais da ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 235
- 5.53 Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), 238
- 5.54 Parâmetro de controle da ADPF, 240
- 5.55 Objeto da ADPF, 242
- 5.56 Legitimados ativos para a arguição de descumprimento de preceito fundamental, 244
- 5.57 Potencial inconstitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, 246
- 5.58 Caráter subsidiário da ação de descumprimento de preceito fundamental, 248
- 5.59 Principais regras procedimentais da ADPF, 252
- 5.60 Controle concentrado perante os Tribunais de Justiça, 254
- 5.61 Possibilidade de recurso extraordinário em face de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça, 257

- 5.62 Ação direta de inconstitucionalidade de norma do Distrito Federal em face de sua Lei Orgânica, 259
- 5.63 Interpretação conforme a Constituição, 260
- 5.64 Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, 262
- 5.65 Breve histórico sobre o controle de constitucionalidade no direito brasileiro, 264

## **6 Direitos e Garantias Fundamentais: Noções Gerais, 267**

- 6.1 Esclarecimentos iniciais, 267
- 6.2 Direitos fundamentais: conceito e características, 268
- 6.3 Evolução histórica dos direitos fundamentais, 273
- 6.4 Gerações de direitos fundamentais, 277
- 6.5 Distinção entre direitos, garantias e remédios constitucionais, 280
- 6.6 Destinatários dos direitos e garantias fundamentais, 282
- 6.7 Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais, 285
- 6.8 Caráter relativo dos direitos e garantias fundamentais, 287
- 6.9 Aplicação imediata e caráter não taxativo do rol de direitos e garantias fundamentais, 289
- 6.10 Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e o artigo 5º, § 3º, da Constituição, 291
- 6.11 Submissão do Brasil à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, 293

## **7 Direitos e Garantias Fundamentais em Espécie, 297**

- 7.1 Esclarecimentos iniciais, 297
- 7.2 Direitos e deveres individuais e coletivos, 298
- 7.3 Direito à vida, 298
- 7.4 Direito à vida e a pesquisa com células-tronco embrionárias humanas, 302
- 7.5 Direito à vida e aborto, 304
- 7.6 Direito à vida e eutanásia, 307
- 7.7 Princípio da igualdade, 309
- 7.8 Princípio da igualdade e o processo, 312
- 7.9 Princípio da legalidade, 314
- 7.10 Princípio da irretroatividade da norma, 316
- 7.11 Proteção constitucional contra a tortura e o tratamento desumano ou degradante, 318
- 7.12 Liberdade de manifestação do pensamento, vedado o anonimato, e os direitos de resposta e de indenização por danos, 319
- 7.13 Liberdade de crença, convicção filosófica ou política e a objeção de consciência, 322
- 7.14 Liberdade de expressão da atividade artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, 323
- 7.15 Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem e a garantia da indenização pelo dano decorrente de sua violação, 325
- 7.16 Inviolabilidade do domicílio, 327
- 7.17 Inviolabilidade do sigilo da correspondência, 330

- 7.18 Inviolabilidade do sigilo das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, 332
- 7.19 Interceptação telefônica: conceito e distinções necessárias, 334
- 7.20 Regras específicas sobre a interceptação telefônica, 336
- 7.21 Sigilo bancário e fiscal, 340
- 7.22 Liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, 344
- 7.23 Garantia do acesso à informação e o resguardo do sigilo da fonte, 345
- 7.24 Liberdade de locomoção, 346
- 7.25 Direito de reunião, 348
- 7.26 Liberdade de expressão e de reunião e a “marcha da maconha”, 350
- 7.27 Direito de associação, 351
- 7.28 Direito de propriedade e sua função social, 353
- 7.29 Propriedade intelectual, 357
- 7.30 Direito de herança, 359
- 7.31 Proteção do consumidor, 361
- 7.32 Direito de receber informações de órgãos públicos, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, 363
- 7.33 Direito de petição, 367
- 7.34 Direito de certidão, 368
- 7.35 Princípio da inafastabilidade da jurisdição, 368
- 7.36 Princípio da segurança jurídica e a proteção constitucional ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, 371
- 7.37 Princípio do juiz natural, 373
- 7.38 Tribunal do Júri, 375
- 7.39 Direitos e garantias do réu na seara do direito penal e processo penal, 380
- 7.40 Crimes previstos na Constituição, 383
- 7.41 Normas constitucionais sobre a extradição, 387
- 7.42 Princípio do devido processo legal, 388
- 7.43 Princípios do contraditório e da ampla defesa, 391
- 7.44 Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos, 393
- 7.45 Princípio da necessidade de motivação das sentenças e demais decisões judiciais, 394
- 7.46 Princípio da publicidade dos atos processuais, 395
- 7.47 Princípio do duplo grau de jurisdição, 397
- 7.48 Prisão civil por dívida, 399
- 7.49 Assistência judiciária prestada pelo Estado, 400
- 7.50 Princípio da celeridade na tramitação dos processos, 401
- 7.51 Direitos sociais, 402
- 7.52 Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, 404
- 7.53 Direitos trabalhistas em espécie, 405
- 7.54 Liberdade de associação profissional e sindical, 408
- 7.55 Direitos relacionados à nacionalidade, 409

- 7.56 Modalidades de nacionalidade, 410
- 7.57 As hipóteses em que a própria Constituição determina a distinção entre brasileiro nato e naturalizado, 411
- 7.58 Perda e reaquisição da nacionalidade, 412
- 7.59 Direitos políticos: conceito e suas espécies, 413
- 7.60 Direito ao voto e suas diversas espécies, 415
- 7.61 Normas constitucionais sobre o voto, 417
- 7.62 Demais direitos de participação popular, 418
- 7.63 Inelegibilidades e a denominada “Lei da Ficha Limpa”, 419
- 7.64 Perda e suspensão dos direitos políticos, 421
- 7.65 Partidos políticos, 422

## **8 Remédios Constitucionais, 425**

- 8.1 Esclarecimentos iniciais, 425
- 8.2 Elenco dos remédios constitucionais, 425
- 8.3 *Habeas corpus*, 428
- 8.4 Hipóteses de cabimento do *habeas corpus*, 430
- 8.5 Hipóteses em que não cabe o *habeas corpus*, 433
- 8.6 Modalidades de *habeas corpus*, 435
- 8.7 Legitimação ativa e passiva do *habeas corpus*, 435
- 8.8 Competência em matéria de *habeas corpus*, 437
- 8.9 Principais regras procedimentais do *habeas corpus*, 439
- 8.10 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o *habeas corpus*, 442
- 8.11 Mandado de segurança individual, 442
- 8.12 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança individual, 443
- 8.13 Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança individual, 446
- 8.14 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança individual, 448
- 8.15 Competência em sede de mandado de segurança individual, 451
- 8.16 Possibilidade de liminar em mandado de segurança individual, 453
- 8.17 Suspensão da liminar e suspensão da segurança, 456
- 8.18 O insucesso do mandado de segurança individual e a possibilidade de posterior ação de conhecimento, 457
- 8.19 Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança individual, 458
- 8.20 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança individual, 462
- 8.21 Mandado de segurança coletivo, 463
- 8.22 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança coletivo, 463
- 8.23 Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança coletivo, 465
- 8.24 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança coletivo, 466
- 8.25 Espécies de direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo, 470
- 8.26 Competência em sede de mandado de segurança coletivo, 472
- 8.27 Concessão de liminar em mandado de segurança coletivo, 473

- 8.28 Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança coletivo, 475
- 8.29 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança coletivo, 478
- 8.30 Mandado de injunção, 478
- 8.31 Hipóteses de cabimento do mandado de injunção, 479
- 8.32 Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção, 481
- 8.33 Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção, 482
- 8.34 Competência em relação ao mandado de injunção, 484
- 8.35 Controvérsia acerca dos efeitos da concessão da injunção, 484
- 8.36 Distinção entre mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão, 487
- 8.37 A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção, 488
- 8.38 Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção, 489
- 8.39 *Habeas data*, 491
- 8.40 Hipóteses de cabimento do *habeas data*, 493
- 8.41 Legitimação ativa e passiva do *habeas data*, 496
- 8.42 Competência em sede de *habeas data*, 497
- 8.43 Principais regras procedimentais do *habeas data*, 498
- 8.44 Ação popular, 501
- 8.45 Hipóteses de cabimento da ação popular, 503
- 8.46 Legitimação ativa e passiva da ação popular, 507
- 8.47 Competências em sede de ação popular, 510
- 8.48 Concessão de liminar em ação popular, 511
- 8.49 Principais regras procedimentais da ação popular, 511
- 8.50 Súmula do Supremo Tribunal Federal sobre a ação popular, 514
- 8.51 Ação civil pública, 514
- 8.52 Hipóteses de cabimento da ação civil pública, 517
- 8.53 Hipóteses em que não cabe a propositura de ação civil pública, 518
- 8.54 Legitimação ativa e passiva da ação civil pública, 519
- 8.55 Competência em sede de ação civil pública, 525
- 8.56 Possibilidade de propositura de ação cautelar e concessão de liminar em ação civil pública, 527
- 8.57 Suspensão da liminar e suspensão da sentença em ação civil pública, 529
- 8.58 Inquérito civil, 530
- 8.59 Termo de ajustamento de conduta, 533
- 8.60 Fundo de reparação de danos, 535
- 8.61 Ação civil pública e coisa julgada segundo a natureza do interesse tutelado, 536
- 8.62 Demais regras procedimentais da ação civil pública, 539
- 8.63 Súmula do Supremo Tribunal Federal sobre a ação civil pública, 542

## 9 Organização do Estado Brasileiro, 543

- 9.1 Esclarecimentos iniciais, 543
- 9.2 Estado: conceito e seus elementos constitutivos, 544

- 9.3 Estado federal: conceito e principais características, 546
- 9.4 Estado federal: distinção em relação a outras formas de Estado, 550
- 9.5 Federação e algumas de suas classificações, 552
- 9.6 Federação brasileira e suas particularidades, 554
- 9.7 União, 557
- 9.8 Bens da União, 559
- 9.9 Diferença entre competência material e competência legislativa, 560
- 9.10 Competências materiais e legislativas da União, 561
- 9.11 Competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, 563
- 9.12 Competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, 564
- 9.13 Estados Federados, 565
- 9.14 Municípios, 568
- 9.15 Responsabilidade criminal e política do Prefeito, 571
- 9.16 Distrito Federal e Territórios, 572
- 9.17 Intervenção, 574
- 9.18 Intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal, 576
- 9.19 Intervenção dos Estados nos Municípios, 577
- 9.20 Administração Pública, 578
- 9.21 Princípios da Administração Pública, 583
- 9.22 Improbidade administrativa, 586
- 9.23 Responsabilidade civil do Estado, 589
- 9.24 Licitação pública: conceito, 592
- 9.25 Licitação pública: hipóteses de dispensa e de inexigibilidade, 595
- 9.26 A Constituição Federal e as diversas espécies de agentes públicos, 597
- 9.27 Regime jurídico dos servidores públicos, 601
- 9.28 Condições para ingresso no serviço público, 602
- 9.29 Associação sindical e direito de greve dos servidores públicos, 604
- 9.30 Remuneração dos agentes públicos, 606
- 9.31 Teto remuneratório no serviço público, 607
- 9.32 Acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, 608
- 9.33 Estabilidade do servidor público, 609
- 9.34 Diferença entre estabilidade e vitaliciedade, 611
- 9.35 Exercício de mandato eletivo, 611
- 9.36 Regime de previdência dos servidores públicos, 612
- 9.37 Modalidades de aposentadoria dos servidores públicos, 613
- 9.38 Regras de transição para aposentadoria dos servidores públicos, 614
- 9.39 Pensão por morte do servidor, 616
- 9.40 Regime de previdência complementar, 616
- 9.41 Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, 618
- 9.42 Regiões, 620

**10 Organização dos Poderes, 621**

- 10.1 A denominada “separação de poderes”, 621
- 10.2 Poder Legislativo: notas introdutórias, 624
- 10.3 Câmara dos Deputados, 625
- 10.4 Senado Federal, 626
- 10.5 Imunidades dos Deputados e Senadores, 628
- 10.6 Outras prerrogativas conferidas aos Deputados Federais e Senadores, 630
- 10.7 Reuniões e convocações extraordinárias do Congresso Nacional, 631
- 10.8 As Comissões Parlamentares, 632
- 10.9 As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), 633
- 10.10 A fiscalização do Poder Executivo e o Tribunal de Contas da União, 636
- 10.11 Poder Executivo, 638
- 10.12 Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, 640
- 10.13 O Presidente da República e os crimes comuns e de responsabilidade, 640
- 10.14 Ministros de Estado, 644
- 10.15 Conselho da República, 644
- 10.16 Conselho de Defesa Nacional, 645
- 10.17 Poder Judiciário: notas introdutórias, 646
- 10.18 Organização do Poder Judiciário, 647
- 10.19 Previsão do quinto constitucional, 651
- 10.20 Garantias funcionais dos juízes, 652
- 10.21 Vedações impostas aos juízes, 653
- 10.22 Proibição de nepotismo no Poder Judiciário, 654
- 10.23 Cláusula de reserva de plenário, 655
- 10.24 Autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, 657
- 10.25 Pagamentos devidos pela Fazenda Pública, 658
- 10.26 Supremo Tribunal Federal e suas competências originárias, 661
- 10.27 Competências recursais ordinárias do Supremo Tribunal Federal, 663
- 10.28 Supremo Tribunal Federal e o recurso extraordinário, 663
- 10.29 Supremo Tribunal Federal e a necessidade de demonstração da repercussão geral para conhecimento do recurso extraordinário, 664
- 10.30 Supremo Tribunal Federal e as súmulas vinculantes, 665
- 10.31 Conselho Nacional de Justiça, 667
- 10.32 Superior Tribunal de Justiça, 668
- 10.33 Competências originárias do Superior Tribunal de Justiça, 669
- 10.34 Competências recursais do Superior Tribunal de Justiça, 670
- 10.35 Tribunais Regionais Federais, 671
- 10.36 Juízes federais, 673
- 10.37 Regras constitucionais sobre competência territorial no âmbito da Justiça Federal, 674
- 10.38 Tribunais e Juízes do Trabalho, 674

- 10.39 Emenda Constitucional nº 34/2004 e a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, 676
- 10.40 Tribunais e Juízes Eleitorais, 677
- 10.41 Tribunais e Juízes Militares, 678
- 10.42 Tribunais e Juízes dos Estados, 679
- 10.43 Funções essenciais à Justiça, 679
- 10.44 Ministério Público, 681
- 10.45 Princípios que regem o Ministério Público, 682
- 10.46 Autonomia funcional, administrativa e financeira do Ministério Público, 683
- 10.47 Garantias e vedações do Ministério Público, 684
- 10.48 Funções institucionais do Ministério Público, 686
- 10.49 Conselho Nacional do Ministério Público, 686
- 10.50 Advocacia Pública, 687
- 10.51 Advocacia-Geral da União, 688
- 10.52 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, 693
- 10.53 Procuradoria-Geral Federal, 696
- 10.54 Criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil e as competências delegadas à Procuradoria-Geral Federal, 700
- 10.55 Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal, 703
- 10.56 Advocacia, 705
- 10.57 Defensoria Pública, 707

## 11 Processo Legislativo, 710

- 11.1 Conceito de processo legislativo, 710
- 11.2 Principais finalidades do processo legislativo, 711
- 11.3 Ausência de hierarquia entre as espécies normativas previstas na Constituição, 715
- 11.4 Processo legislativo e as suas diversas espécies, 717
- 11.5 Procedimento legislativo comum e as leis ordinárias e complementares, 719
- 11.6 Fase introdutória (ou de iniciativa), 722
- 11.7 Algumas informações importantes sobre a iniciativa exclusiva, 726
- 11.8 Iniciativa popular, 729
- 11.9 Iniciativa de leis sobre o Ministério Público, 733
- 11.10 Iniciativa para a edição de leis tributárias, 734
- 11.11 Iniciativa por proposta da maioria absoluta dos membros de quaisquer das casas do Congresso Nacional, 735
- 11.12 Fase constitutiva e a deliberação parlamentar, 736
- 11.13 Emendas ao projeto de lei, 740
- 11.14 Fase constitutiva e a deliberação executiva (sanção ou veto), 742
- 11.15 Fase complementar, 746
- 11.16 Procedimento legislativo sumário (regime de urgência), 748
- 11.17 Procedimentos especiais: notas introdutórias, 751
- 11.18 Emenda à Constituição, 752

- 11.19 Limites à elaboração das emendas constitucionais, 753
  - 11.20 Procedimento legislativo da emenda à Constituição, 755
  - 11.21 Medida provisória, 757
  - 11.22 Possibilidade de edição de medidas provisórias por Estados, Distrito Federal e Municípios, 759
  - 11.23 Análise sobre a legitimidade das medidas provisórias, 760
  - 11.24 Principais diferenças entre medida provisória e decreto-lei, 762
  - 11.25 Matérias que não podem ser regulamentadas por medida provisória (limitações materiais), 764
  - 11.26 Medida provisória e controle de constitucionalidade, 767
  - 11.27 Procedimento legislativo da medida provisória, 768
  - 11.28 Medidas provisórias publicadas antes da Emenda Constitucional nº 32/2001, 770
  - 11.29 Projeto de emenda constitucional sobre medidas provisórias, 771
  - 11.30 Leis delegadas, 771
  - 11.31 Natureza jurídica da lei delegada, 774
  - 11.32 Espécies de delegação, 775
  - 11.33 Matérias que não podem ser regulamentadas por lei delegada (limitações materiais), 775
  - 11.34 Possibilidade de posterior controle de constitucionalidade da lei delegada, 776
  - 11.35 Procedimento legislativo da lei delegada, 778
  - 11.36 Decreto legislativo, 780
  - 11.37 Resolução, 782
  - 11.38 Leis Orçamentárias, 783
  - 11.39 Tratados internacionais, 785
  - 11.40 Ingresso dos tratados internacionais no ordenamento jurídico nacional e a hierarquia das normas, 787
  - 11.41 Procedimento legislativo do tratado internacional, 790
- 12 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, 792**
- 12.1 O sistema constitucional de crises e a defesa do país e da sociedade, 792
  - 12.2 Estado de defesa, 794
  - 12.3 Estado de sítio, 796
  - 12.4 Forças Armadas, 798
  - 12.5 Segurança Pública, 800
- 13 Tributação e Orçamento, 803**
- 13.1 Esclarecimentos preliminares, 803
  - 13.2 Definição de tributo, 803
  - 13.3 Elementos que compõem a relação jurídica tributária, 804
  - 13.4 Espécies de tributos, 807
  - 13.5 Limitações constitucionais ao poder de tributar, 810
  - 13.6 Competências tributárias da União, 812
  - 13.7 Competências tributárias dos Estados e do Distrito Federal, 816

- 13.8 Competências tributárias dos Municípios, 818
- 13.9 Repartição das receitas tributárias, 820
- 13.10 Cobrança dos tributos, 821
- 13.11 Principais regras procedimentais sobre a cobrança de tributos, 823
- 13.12 Finanças públicas e suas normas gerais, 827
- 13.13 Banco Central, 827
- 13.14 Orçamentos, 828
- 13.15 Regras sobre despesas com pessoal da Administração, 830

#### **14 Ordem Econômica e Financeira, 832**

- 14.1 Estado Liberal, 832
- 14.2 Estado Social, 835
- 14.3 Estado Neoliberal, 837
- 14.4 Princípios gerais da atividade econômica, 839
- 14.5 Soberania nacional, 840
- 14.6 Propriedade privada, 841
- 14.7 Função social da propriedade, 843
- 14.8 Livre concorrência, 845
- 14.9 Defesa do consumidor, 846
- 14.10 Defesa do meio ambiente, 850
- 14.11 Redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego, 851
- 14.12 Tratamento favorecido às empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país, 852
- 14.13 O Estado como explorador de atividade econômica, 853
- 14.14 O Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, 855
- 14.15 O Estado e a prestação de serviços públicos, 856
- 14.16 Política urbana, 858
- 14.17 Usucapião constitucional urbano, 861
- 14.18 Usucapião constitucional rural, 862
- 14.19 A função social da propriedade e as diversas modalidades de desapropriação, 862
- 14.20 Desapropriação por necessidade e utilidade pública, 863
- 14.21 Desapropriação por interesse social, 866
- 14.22 Desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, 867
- 14.23 Sistema financeiro nacional, 870

#### **15 Ordem Social, 871**

- 15.1 Esclarecimentos iniciais, 871
- 15.2 Seguridade social, 872
- 15.3 Saúde, 873
- 15.4 Previdência social: organização do regime geral de previdência, 874
- 15.5 Regras para aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social, 876
- 15.6 Regime de Previdência Privada, 877

- 15.7 Assistência social, 878
- 15.8 Educação, 880
- 15.9 Universidades federais e instituições federais de ensino técnico e a política de cotas, 883
- 15.10 Cultura, 884
- 15.11 Desporto, 885
- 15.12 Ciência e tecnologia, 887
- 15.13 Comunicação social, 888
- 15.14 Meio ambiente, 890
- 15.15 Competências em matéria ambiental, 891
- 15.16 Princípios norteadores do direito ambiental, 892
- 15.17 Família, 894
- 15.18 O Supremo Tribunal Federal e o reconhecimento da denominada “união homoafetiva”, 895
- 15.19 Criança, adolescente e jovem, 896
- 15.20 Idosos, 900
- 15.21 Índios, 904

**Referências Bibliográficas, 907****Índice Remissivo, 919**